



Revista de Políticas Públicas da UFPE, Recife/PE, v. 11, n. 2, ano 2026. ISSN-e 2595-5535

OUVINTISMO ESTRUTURAL

Linguagem, poder e a produção da diferença nas teorias linguísticas sobre a surdez

Structural audism: Language, power and the production of difference in linguistic theories about deafness

Wolney Gomes Almeida¹

RESUMO: O presente artigo discute as relações entre linguagem, poder e produção da diferença no campo das teorias linguísticas sobre a surdez, a partir do conceito de ouvintismo estrutural. Historicamente, as análises sobre a surdez foram fortemente influenciadas por perspectivas biomédicas e por modelos linguísticos centrados na oralidade, o que contribuiu para a marginalização das línguas de sinais e das experiências linguísticas das comunidades surdas. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo problematizar de que maneira determinadas abordagens linguísticas participaram da construção de hierarquias entre diferentes formas de linguagem e comunicação. Trata-se de uma pesquisa de natureza teórica e bibliográfica, fundamentada em contribuições dos estudos surdos, da linguística aplicada crítica e das teorias sociais do poder. A análise evidencia que a produção do conhecimento linguístico sobre a surdez esteve historicamente atravessada por regimes de normalização que privilegiaram a audição e a oralidade como parâmetros universais de linguagem. Conclui-se que a crítica ao ouvintismo estrutural contribui para ampliar o debate sobre linguagem e diferença, possibilitando novas perspectivas para o reconhecimento das línguas de sinais e para a construção de abordagens linguísticas mais sensíveis à diversidade humana.

Palavras-chave: Ouvintismo estrutural; Língua de sinais; Linguística; Surdez; Linguagem e poder.

ABSTRACT: This article discusses the relationships between language, power, and the production of difference in the field of linguistic theories on deafness, based on the concept of structural audism. Historically, analyses of deafness have been strongly influenced by biomedical perspectives and linguistic models centered on orality, which has contributed to the marginalization of sign languages and the linguistic experiences of deaf communities. In this context, the study aims to problematize how certain linguistic approaches have participated in the construction of hierarchies between different forms of language and communication. This is a theoretical and bibliographical research, based on contributions from deaf studies, critical applied linguistics, and social theories of power. The analysis shows that the production of linguistic knowledge about deafness has historically been traversed by normalization regimes that privileged hearing and orality as universal parameters of language. In conclusion, the critique of structural audism contributes to broadening the debate on language and difference, enabling new perspectives for the recognition of sign languages and for the construction of linguistic approaches that are more sensitive to human diversity.

Keywords: Structural audism; Sign language; Linguistics; Deafness; Language and power.

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia, ID Orcid <https://orcid.org/0000-0003-1454-8213>

INTRODUÇÃO

A relação entre linguagem, poder e produção da diferença tem ocupado lugar central em diversas áreas do conhecimento que investigam as formas pelas quais determinadas experiências humanas são interpretadas, classificadas e governadas nas instituições sociais. No campo da surdez, essa relação torna-se particularmente evidente quando se observa que as teorias linguísticas e educacionais historicamente construídas sobre os sujeitos surdos foram, em grande medida, elaboradas a partir de perspectivas centradas na audição e na oralidade como parâmetros universais de comunicação.

Durante grande parte da história moderna, a surdez foi interpretada predominantemente sob uma ótica biomédica, sendo associada à ideia de *déficit* ou incapacidade. Essa interpretação influenciou profundamente as práticas educacionais, as políticas linguísticas e as formas de produção do conhecimento sobre a linguagem dos sujeitos surdos. Nesse contexto, a língua oral foi frequentemente apresentada como modelo normativo de linguagem, enquanto as línguas de sinais eram consideradas formas secundárias de comunicação ou estratégias compensatórias.

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, especialmente com o reconhecimento linguístico das línguas de sinais em diferentes países, esse paradigma começou a ser progressivamente questionado. Estudos linguísticos passaram a demonstrar que as línguas de sinais constituem sistemas linguísticos completos, dotados de estrutura gramatical própria, capazes de expressar qualquer conteúdo conceitual e de sustentar processos complexos de interação e produção de conhecimento. Esse reconhecimento representou um marco importante para os estudos sobre linguagem e surdez, contribuindo para deslocar o debate da lógica da deficiência para uma perspectiva linguística e cultural.

Apesar desses avanços, diversas análises contemporâneas têm apontado que as estruturas que organizam a produção do conhecimento sobre a surdez continuam profundamente atravessadas por relações de poder que privilegiam determinados modos de linguagem e percepção. Em muitos contextos acadêmicos e institucionais, a oralidade e a audição ainda operam como referências implícitas de normalidade, influenciando as formas pelas quais as experiências linguísticas das comunidades surdas são interpretadas e classificadas.

É nesse cenário que emerge o conceito de ouvintismo estrutural, entendido como um regime histórico de poder que naturaliza a audição e a oralidade como parâmetros universais de linguagem e comunicação. Diferentemente de interpretações que compreendem o ouvintismo apenas como atitude individual de preconceito, a perspectiva estrutural permite evidenciar como esse fenômeno se manifesta em práticas institucionais, políticas educacionais e teorias científicas que organizam a produção do conhecimento sobre a surdez.

A partir dessa abordagem, torna-se possível compreender que as teorias linguísticas não são produzidas em um campo neutro, mas estão inseridas em contextos históricos e sociais específicos, nos quais determinados modos de percepção e comunicação são legitimados enquanto outros são marginalizados. Assim, analisar as relações entre linguística e surdez implica também examinar os regimes de normalização que definem quais formas de linguagem são consideradas legítimas na produção científica.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo discutir de que maneira determinadas abordagens linguísticas participaram da produção da diferença no campo da surdez, analisando como estruturas discursivas e epistemológicas contribuíram para a construção de hierarquias entre diferentes formas de linguagem. Para isso, mobiliza-se o conceito de ouvintismo estrutural como ferramenta analítica capaz de evidenciar as relações entre linguagem, poder e normalização presentes na história das teorias linguísticas sobre a surdez.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza teórica e bibliográfica, fundamentada em contribuições dos estudos surdos, da linguística aplicada crítica e das teorias sociais do poder. A análise busca articular essas perspectivas com o objetivo de problematizar os pressupostos linguísticos que historicamente orientaram as interpretações sobre a surdez, evidenciando como determinadas formas de linguagem foram hierarquizadas no interior das práticas científicas.

Ao problematizar essas questões, o artigo pretende contribuir para o aprofundamento do debate sobre linguagem e diferença, destacando a necessidade de abordagens linguísticas mais sensíveis à diversidade das experiências humanas. Ao mesmo tempo, busca-se ampliar a compreensão das relações entre conhecimento científico e estruturas sociais de poder, evidenciando como as teorias linguísticas também participam da produção e da regulação das diferenças.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Linguagem, poder e produção da diferença

A relação entre linguagem e poder tem sido amplamente discutida em diferentes campos das ciências humanas, especialmente em perspectivas que compreendem o conhecimento como produção social situada. Nesse contexto, a linguagem deixa de ser entendida apenas como instrumento neutro de comunicação e passa a ser analisada como um espaço de disputa simbólica no qual se produzem classificações, identidades e hierarquias sociais. Conforme observa Bourdieu (1989), os usos da linguagem estão profundamente ligados às relações de poder que estruturam os diferentes campos sociais, de modo que determinadas formas de expressão passam a ser legitimadas enquanto outras são marginalizadas.

No campo das ciências sociais, Michel Foucault contribuiu significativamente para essa discussão ao demonstrar que os discursos científicos não se organizam apenas em torno da busca pela verdade, mas também estão atravessados por dispositivos de poder que regulam a produção do saber. Para o autor, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos” (FOUCAULT, 1996, p. 44). Assim, a produção de conhecimento sobre determinados grupos sociais não pode ser compreendida como mera descrição objetiva da realidade, mas como parte de processos históricos que produzem e organizam a diferença.

No campo da linguagem, essa perspectiva permite problematizar a ideia de que determinadas formas linguísticas seriam naturalmente superiores ou mais completas do que outras. Rajagopalan (2003) argumenta que as teorias linguísticas também participam da construção de hierarquias simbólicas, uma vez que refletem concepções culturais específicas sobre o que deve ser considerado linguagem legítima. Nesse sentido, a linguística não está isolada das disputas sociais mais amplas, mas participa ativamente da produção de determinadas formas de conhecimento sobre a linguagem.

Historicamente, a linguística foi construída tomando como referência principal as línguas orais, o que contribuiu para a naturalização da oralidade como modelo universal de linguagem. Esse paradigma influenciou profundamente a forma como outras experiências linguísticas foram interpretadas, especialmente aquelas relacionadas às comunidades surdas. Durante muito tempo, as línguas de sinais foram compreendidas como sistemas gestuais incompletos ou como formas auxiliares de comunicação, visão que reforçava interpretações deficitárias sobre a surdez (SKLIAR, 2003).

A partir da segunda metade do século XX, no entanto, esse cenário começou a se modificar com o desenvolvimento da linguística das línguas de sinais. Os estudos pioneiros de Stokoe demonstraram que a Língua Americana de Sinais (ASL) possuía estrutura linguística própria, com organização fonológica, morfológica e sintática comparável às línguas orais. Conforme destaca Quadros (2019), esse reconhecimento representou um marco fundamental para os estudos linguísticos sobre a surdez, pois evidenciou que as línguas de sinais constituem sistemas linguísticos completos e complexos.

Apesar desse avanço científico, diversos autores apontam que o reconhecimento linguístico das línguas de sinais não eliminou completamente as hierarquias simbólicas que organizam as relações entre surdos e ouvintes. Strobel (2008) destaca que a cultura ouvinte historicamente construiu representações da surdez associadas à ausência ou à deficiência, o que influenciou profundamente as políticas educacionais e as formas de produção do conhecimento sobre os sujeitos surdos.

Nesse contexto, compreender as relações entre linguagem e surdez exige considerar não apenas as características estruturais das línguas de sinais, mas também as relações de poder que atravessam a produção do conhecimento linguístico. Como afirma Skliar (2003), a questão da surdez não pode ser reduzida a uma discussão técnica sobre linguagem, mas deve ser analisada como parte de disputas culturais e políticas que envolvem diferentes formas de conceber a diferença.

1.2 Ouvintismo estrutural e regimes de normalização

É nesse cenário que emerge o conceito de ouvintismo estrutural, entendido como um regime de poder que privilegia a audição e a oralidade como parâmetros normativos de comunicação e produção de conhecimento. O termo ouvintismo foi amplamente discutido nos estudos surdos para descrever práticas sociais que colocam a cultura ouvinte como referência universal para interpretar a experiência surda (SKLIAR, 2003).

Ao ampliar essa discussão para a noção de estrutura, torna-se possível compreender o ouvintismo não apenas como atitude individual de preconceito, mas como um conjunto de dispositivos institucionais que organizam práticas educacionais, políticas linguísticas e teorias científicas sobre a linguagem.

Nesse sentido, o ouvintismo estrutural refere-se às formas pelas quais determinadas concepções de linguagem e comunicação são naturalizadas como universais, produzindo hierarquias entre diferentes experiências sensoriais e linguísticas (ALMEIDA, 2025).

Essa perspectiva dialoga com as análises foucaultianas sobre os regimes de normalização que regulam os corpos e os modos de existência nas sociedades modernas. Foucault (1975) demonstra que as instituições modernas operam por meio de dispositivos que classificam, avaliam e hierarquizam os sujeitos a partir de determinados padrões de normalidade. No caso da surdez, esses padrões foram historicamente associados à capacidade de ouvir e falar.

No campo educacional, essa lógica se manifestou de maneira particularmente intensa nas políticas de oralização que marcaram grande parte da história da educação de surdos. Durante décadas, a língua oral foi considerada o principal objetivo da educação dos sujeitos surdos, enquanto as línguas de sinais eram frequentemente proibidas ou desencorajadas nas instituições escolares (STROBEL, 2008).

A partir das contribuições dos estudos surdos, no entanto, tornou-se possível questionar essas estruturas de normalização e reconhecer a surdez como experiência linguística e cultural específica. Skliar (2003) argumenta que a surdez deve ser compreendida como diferença e não como deficiência, perspectiva que desloca o debate da lógica da correção para a valorização da diversidade linguística.

Nesse sentido, a crítica ao ouvintismo estrutural contribui para ampliar a análise das relações entre linguagem e poder no campo da linguística. Ao evidenciar as estruturas que privilegiam a audição como parâmetro universal de comunicação, essa perspectiva permite problematizar as bases epistemológicas que sustentam muitas das teorias linguísticas produzidas sobre a surdez.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter teórico e bibliográfico, voltada à análise das relações entre linguagem, poder e produção da diferença no campo das teorias linguísticas sobre a surdez. A opção por uma abordagem qualitativa fundamenta-se na compreensão de que os fenômenos sociais e discursivos não podem ser plenamente compreendidos por meio de procedimentos exclusivamente quantitativos, exigindo análise interpretativa das estruturas simbólicas que organizam a produção do conhecimento (MINAYO, 2014).

Do ponto de vista metodológico, o trabalho apoia-se na revisão e análise crítica de literatura produzida no campo da linguística, dos estudos surdos e das teorias sociais do poder. A revisão bibliográfica foi orientada por autores que discutem as relações entre linguagem, cultura e poder, como Foucault (1996), Bourdieu (1989) e Rajagopalan (2003), bem como por pesquisadores que investigam as dimensões linguísticas e culturais da experiência surda, como Skliar (2003), Strobel (2008) e Quadros (2019).

A análise proposta também mobiliza o conceito de ouvintismo estrutural, entendido como categoria analítica capaz de evidenciar as estruturas discursivas e institucionais que privilegiam a audição e a oralidade como parâmetros universais de linguagem e comunicação (ALMEIDA, 2025). A partir desse conceito, busca-se problematizar a forma como determinadas teorias linguísticas participaram da produção de hierarquias entre diferentes modos de linguagem.

O procedimento analítico consistiu na leitura interpretativa de obras relevantes para o campo da linguística e dos estudos surdos, identificando os pressupostos epistemológicos que orientaram a construção de determinadas interpretações sobre a surdez e as línguas de sinais. Esse processo permitiu examinar como diferentes discursos científicos contribuíram para a construção de determinadas representações sobre linguagem, comunicação e diferença.

Nesse sentido, a pesquisa não se propõe a produzir dados empíricos inéditos, mas a desenvolver uma análise crítica das estruturas conceituais que sustentam a produção do conhecimento linguístico sobre a surdez. Trata-se, portanto, de uma investigação que busca articular reflexão teórica e análise epistemológica, com o objetivo de ampliar o debate sobre linguagem, diversidade e poder no campo da linguística.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que a produção do conhecimento linguístico sobre a surdez esteve historicamente atravessada por estruturas discursivas que privilegiaram a audição e a oralidade como parâmetros normativos de linguagem. Durante grande parte da história da linguística, as línguas orais foram tomadas como modelo universal de comunicação, o que contribuiu para a marginalização de outras formas de linguagem, incluindo as línguas de sinais. Esse processo reflete aquilo que Bourdieu (1989) descreve como a construção social da legitimidade linguística, na qual determinadas formas de linguagem passam a ocupar posições de prestígio dentro dos campos institucionais e científicos.

No caso da surdez, a linguagem oral foi historicamente posicionada como forma legítima de comunicação, enquanto as línguas de sinais foram frequentemente interpretadas como sistemas linguísticos inferiores ou incompletos. Tal perspectiva não apenas influenciou as práticas educacionais, mas também orientou a forma como o conhecimento científico sobre a linguagem foi produzido ao longo do tempo. Conforme argumenta Rajagopalan (2003), as teorias linguísticas não são neutras, pois refletem concepções culturais e políticas sobre o que deve ser considerado linguagem legítima.

A partir das contribuições da linguística das línguas de sinais, entretanto, tornou-se possível demonstrar que essas línguas apresentam estrutura gramatical própria e complexa. Quadros (2019) destaca que as línguas de sinais possuem níveis de organização linguística comparáveis aos das línguas orais, incluindo fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Esse reconhecimento representou um marco importante no campo da linguística, contribuindo para o fortalecimento das comunidades surdas enquanto grupos linguísticos e culturais.

Contudo, o reconhecimento científico das línguas de sinais não eliminou completamente as estruturas de poder que organizam as relações entre surdos e ouvintes. Em muitos contextos acadêmicos e institucionais, a oralidade continua sendo tratada como parâmetro implícito de linguagem, enquanto as línguas de sinais são analisadas a partir de categorias derivadas das línguas orais. Essa permanência de estruturas epistemológicas centradas na audição evidencia aquilo que Almeida (2025) denomina ouvintismo estrutural, entendido como regime de poder que naturaliza a audição como fundamento universal da linguagem.

Nesse contexto, o conceito de ouvintismo estrutural permite compreender como determinadas formas de conhecimento científico reproduzem hierarquias sensoriais e comunicacionais. Conforme argumenta Almeida (2025), o ouvintismo estrutural refere-se a um regime de poder que naturaliza a audição como fundamento universal da linguagem, influenciando a organização das instituições educacionais, das políticas linguísticas e da produção do conhecimento científico. Como afirma o autor, “o ouvintismo não se limita a atitudes individuais de

preconceito, mas constitui uma estrutura histórica que organiza práticas sociais, educacionais e científicas centradas na audição” (ALMEIDA, 2025, p. 45).

Essa perspectiva aproxima-se das análises de Foucault (1975), que demonstram como os regimes de saber e poder participam da produção de normas sociais que regulam os corpos e os modos de existência. No caso da surdez, a norma ouvinte passou a funcionar como referência para avaliar e classificar as experiências linguísticas dos sujeitos surdos, reforçando a ideia de que a linguagem legítima seria aquela baseada na audição e na fala.

Ao discutir a relação entre linguagem e hierarquias sensoriais, Almeida (2025) argumenta que as estruturas sociais modernas foram historicamente organizadas em torno da centralidade da audição. Segundo o autor, “a audição tornou-se parâmetro invisível de normalidade linguística, influenciando não apenas práticas educacionais, mas também a produção do conhecimento científico sobre a linguagem” (ALMEIDA, 2025, p. 52). Essa constatação reforça a necessidade de problematizar as bases epistemológicas que sustentam muitas das teorias linguísticas produzidas sobre a surdez.

A crítica ao ouvintismo estrutural também permite ampliar a compreensão das relações entre linguagem e poder no campo da linguística. Ao evidenciar como determinadas formas de comunicação foram naturalizadas como universais, essa perspectiva contribui para questionar os modelos teóricos que historicamente orientaram a investigação das línguas de sinais.

Além disso, ao reconhecer as línguas de sinais como sistemas linguísticos completos e culturalmente situados, torna-se possível desafiar concepções tradicionais que associavam a linguagem exclusivamente à oralidade. Nesse sentido, Almeida (2025) observa que “a língua de sinais não representa uma adaptação da linguagem oral, mas constitui forma plena de linguagem que emerge de experiências sensoriais e culturais específicas” (ALMEIDA, 2025, p. 66).

Essa perspectiva reforça a importância de compreender a linguagem a partir de uma abordagem mais ampla, capaz de reconhecer a diversidade das experiências linguísticas humanas. Ao problematizar as estruturas que historicamente marginalizaram as línguas de sinais, o conceito de ouvintismo estrutural contribui para a construção de abordagens teóricas mais sensíveis à pluralidade das formas de comunicação presentes nas sociedades contemporâneas.

Esse regime de poder também pode ser compreendido à luz das análises de Foucault (1975), que demonstram como as sociedades modernas produzem dispositivos de normalização capazes de regular corpos e comportamentos. No caso da surdez, tais dispositivos atuaram historicamente para classificar os sujeitos surdos a partir da ausência da audição, reforçando a ideia de que a linguagem legítima seria aquela baseada na fala.

Estudos contemporâneos no campo dos Deaf Studies têm ampliado essa discussão ao demonstrar que o audismo continua operando em diferentes níveis das instituições sociais.

Pesquisas recentes indicam que estruturas de poder centradas na audição ainda influenciam políticas educacionais, práticas de pesquisa e tecnologias voltadas à comunicação em língua de sinais (DESAI *et al*, 2024). Essas análises revelam que o problema não se restringe à ausência de reconhecimento das línguas de sinais, mas envolve também as formas pelas quais a produção de conhecimento sobre essas línguas continua sendo mediada por perspectivas ouvintistas.

Nesse sentido, o conceito de epistemologias surdas tem sido mobilizado por pesquisadores contemporâneos para questionar as formas tradicionais de produção do conhecimento. Estudos recentes indicam que as experiências linguísticas das comunidades surdas produzem modos próprios de conhecimento que desafiam modelos acadêmicos centrados exclusivamente na oralidade e na audição (WEBER, 2024). Essa perspectiva reforça a importância de reconhecer a diversidade sensorial como elemento constitutivo das práticas linguísticas humanas.

A discussão sobre tecnologias linguísticas também tem evidenciado a persistência de hierarquias sensoriais na produção do conhecimento científico. Pesquisas recentes sobre inteligência artificial aplicada às línguas de sinais apontam que muitos projetos tecnológicos ainda são desenvolvidos a partir de perspectivas que não consideram plenamente as necessidades das comunidades surdas (ANGELINI *et al*, 2025). Tais estudos reforçam a importância de incorporar a participação ativa de pesquisadores e usuários surdos no desenvolvimento de tecnologias voltadas à comunicação em língua de sinais.

Além disso, investigações recentes têm demonstrado que os debates sobre linguagem e tecnologia também estão diretamente relacionados às disputas epistemológicas que atravessam o campo da surdez. Estudos sobre tecnologias de tradução automática de línguas de sinais evidenciam que muitas dessas iniciativas ainda reproduzem pressupostos linguísticos baseados na centralidade da oralidade (ATWELL *et al*, 2025). Essa constatação reforça a necessidade de repensar os modelos teóricos que orientam a pesquisa linguística sobre as línguas de sinais.

Nesse cenário, torna-se fundamental reconhecer que as línguas de sinais não devem ser analisadas apenas como sistemas linguísticos alternativos, mas como práticas culturais profundamente ligadas às experiências sociais das comunidades surdas. Skliar (2003) argumenta que a surdez deve ser compreendida como diferença cultural e linguística, e não como deficiência, perspectiva que desloca o debate da lógica da correção para o reconhecimento da diversidade.

A cultura surda, conforme destaca Strobel (2008), envolve práticas sociais e formas específicas de interação que se organizam em torno da visualidade da comunicação. Essas práticas demonstram que a linguagem não pode ser compreendida apenas como sistema abstrato de signos, mas como fenômeno social situado que emerge das experiências compartilhadas entre sujeitos.

Nesse sentido, a análise das línguas de sinais desafia concepções tradicionais que associam a linguagem exclusivamente à oralidade. Ao demonstrar que a comunicação linguística pode

organizar-se plenamente a partir da visualidade e da espacialidade, as línguas de sinais ampliam significativamente a compreensão das possibilidades da linguagem humana.

Essa ampliação do conceito de linguagem também dialoga com debates contemporâneos da linguística aplicada crítica. Moita Lopes (2006) argumenta que os estudos sobre linguagem devem considerar as relações de poder que atravessam as práticas discursivas, reconhecendo que a produção do conhecimento linguístico está profundamente ligada às estruturas sociais em que se insere.

Por fim, a análise desenvolvida neste estudo sugere que o debate sobre linguística e surdez não se limita à descrição estrutural das línguas de sinais. Trata-se, sobretudo, de uma reflexão sobre os modos pelos quais determinadas formas de linguagem foram historicamente legitimadas enquanto outras foram marginalizadas. Nesse sentido, discutir o ouvintismo estrutural implica também repensar os fundamentos epistemológicos da linguística, abrindo espaço para perspectivas teóricas mais sensíveis à diversidade sensorial e linguística que caracteriza as sociedades contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo discutir as relações entre linguagem, poder e produção da diferença no campo das teorias linguísticas sobre a surdez, tomando como eixo analítico o conceito de ouvintismo estrutural. Ao longo da análise, buscou-se evidenciar que a produção do conhecimento linguístico sobre a surdez esteve historicamente atravessada por estruturas epistemológicas que privilegiaram a audição e a oralidade como parâmetros normativos de linguagem.

A investigação demonstrou que a centralidade da oralidade na história da linguística contribuiu para a construção de hierarquias simbólicas que marginalizaram as línguas de sinais e as experiências linguísticas das comunidades surdas. Durante longos períodos, a surdez foi interpretada predominantemente a partir de perspectivas biomédicas e deficitárias, o que influenciou não apenas as práticas educacionais, mas também as formas pelas quais o conhecimento científico sobre a linguagem foi produzido.

Os avanços promovidos pela linguística das línguas de sinais representaram um marco importante na superação dessas interpretações. Ao demonstrar a complexidade estrutural dessas línguas, pesquisadores da área contribuíram para o reconhecimento da diversidade linguística humana e para o fortalecimento das comunidades surdas enquanto grupos linguísticos e culturais.

Entretanto, a análise desenvolvida neste estudo indica que o reconhecimento linguístico das línguas de sinais não foi suficiente para eliminar completamente as estruturas de poder que organizam as relações entre surdos e ouvintes. Persistem, em diferentes contextos acadêmicos e

institucionais, concepções de linguagem que continuam tomando a oralidade como referência implícita de normalidade comunicativa.

Nesse sentido, o conceito de ouvintismo estrutural revela-se uma ferramenta analítica importante para compreender como determinadas hierarquias sensoriais continuam influenciando a produção do conhecimento linguístico. Ao evidenciar que a audição foi historicamente naturalizada como fundamento universal da linguagem, essa perspectiva permite problematizar os pressupostos epistemológicos que orientaram muitas das teorias linguísticas sobre a surdez.

A partir dessa reflexão, torna-se possível compreender que o debate sobre linguagem e surdez não se limita à descrição estrutural das línguas de sinais, mas envolve também a análise das estruturas sociais e culturais que regulam a produção do conhecimento científico. Nesse contexto, a linguística é chamada a revisar criticamente seus próprios pressupostos teóricos, reconhecendo que as formas de estudar a linguagem também são influenciadas por regimes históricos de poder.

Ao mesmo tempo, a discussão apresentada neste artigo aponta para a necessidade de ampliar as perspectivas analíticas da linguística contemporânea, incorporando abordagens mais sensíveis à diversidade sensorial e linguística que caracteriza as sociedades humanas. Reconhecer a legitimidade das línguas de sinais implica também reconhecer a pluralidade das formas pelas quais os seres humanos constroem sistemas de linguagem e produzem conhecimento.

Por fim, argumenta-se que a crítica ao ouvintismo estrutural contribui para o fortalecimento de perspectivas teóricas mais inclusivas no campo da linguística e dos estudos da linguagem. Ao questionar as hierarquias sensoriais que historicamente organizaram o conhecimento sobre a linguagem, abre-se espaço para a construção de abordagens capazes de reconhecer a diversidade das experiências linguísticas humanas e de promover formas mais amplas de justiça linguística.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wolney Gomes. **Ouvintismo estrutural: língua de sinais, corpos surdos e resistências**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DESAI, Aashaka; MURTHY, D.; HONG, J. **Systemic biases in sign language AI research: a deaf-led call to reevaluate research agendas**. *arXiv*, 2024. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2403.02563>. Acesso em: 13 mar. 2026.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2019.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e política**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

WEBER, Jonathan. **Applied deaf aesthetics: toward transforming deaf higher education**. *Disability Studies Quarterly*, 2024.